



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 145/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1533/2014 – 2 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Márcio Lima Noronha (01/01/2013 à 16/12/2013) e a Sra. Mônica Elizabeth Santaella da Fonseca (17 à 31/12/2013, Secretários Municipal de Comunicação.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº 36/2014 (fls. 324/349).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3461/2014-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 350/355).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria Municipal de Comunicação, Exercício 2013.

Contas Irregular. Regular com ressalvas. Multa. Glosa. Recomendação à origem. Prazo.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular as Contas da Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal no de período de 01/01 à 16/12/2013, nos termos do art. 22, III, “b” da Lei nº 2.423/96;

9.2- Julgar regular com ressalvas as Contas da Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM, exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. **Mônica Elizabeth Santaella da Fonseca**, Secretária Municipal no de período de 17 à 31/12/2013, nos termos do 22, II da Lei nº 2423/96 Aplique multa para a segunda gestora apenas por não atender à demanda da Corte por informações e documentos);

9.3- Aplicar multa ao Sr. **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal no de período de 01/01 à 16/12/2013, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 308, VI da Resolução 04/2002-TCE por pratica de atos com grave infração as normas legais;

9.4- Recomendar à origem que observância da legislação infringida, bem como determinada a adoção do sistema (ponto eletrônico), sob pena de aplicação de multa e, ainda, o preenchimento de boletim mensal informando as atividades

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 145/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

desempenhadas, além de comprovação de assiduidade e efetiva prestação de serviço, no caso de servidores com atividades externas (art. 6º, do Decreto nº 203/2009);

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de março de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2DAEA792-A4ECA700-3D02CCCF5-2DC12F1F